



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

**Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG)**

Secretaria Executiva

**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)**

**Ata da 4ª reunião ordinária, realizada em 05 de agosto de 2022**

1 Em 05 de agosto de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica  
2 Especializada de Planejamento (CTEP) do Conselho Estadual de Recursos  
3 Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG-MG), por meio de videoconferência  
4 realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
5 Sustentável (Semad), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
6 membros titulares e suplentes: O presidente Thiago Figueiredo Santana,  
7 representante da Semad. Representantes do Poder Público Estadual: Laís  
8 Ione Araújo Fagundes, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
9 Econômico (Sede); Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de  
10 Estado de Educação (SEE); Carolina Lobello Lorensini, da Secretaria de  
11 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Representantes  
12 do Poder Público Municipal: Josias Gomes Ribeiro Filho, da Prefeitura  
13 Municipal de Araçuaí; Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura  
14 Municipal de Itabirito; Aparecida Suely Alves de Oliveira, da Prefeitura  
15 Municipal de Rio Pomba. Representantes dos Usuários de Recursos  
16 Hídricos: Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de  
17 Energia Limpa (Abragel); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das  
18 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Jadir Silva de Oliveira, da  
19 Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig).  
20 Representantes da Sociedade Civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade  
21 Federal de Uberlândia (UFU); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira  
22 de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Tobias Tiago Pinto Vieira, do  
23 Movimento Verde de Paracatu (Mover). **Assuntos em Pauta. 1)**  
24 **ABERTURA.** Constatado o quórum regimental, o presidente Thiago  
25 Figueiredo Santana declarou aberta a 4ª reunião ordinária da Câmara  
26 Técnica Especializada de Planejamento, do CERH-MG-MG. **2)**  
27 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houveram inscrições. **3)**  
28 **EXAME DA ATA DA 3ª RE DA CTEP, de 06/05/2022.** Retirada de Pauta. **4)**  
29 **APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS**  
30 **HIDROGRÁFICAS DOS RIOS DO LESTE - PDRH LESTE: RELATÓRIO DE**

**CONSOLIDAÇÃO DO PDRH; RESUMO EXECUTIVO DO PDRH E FOLHETO DE DIVULGAÇÃO. APRESENTAÇÃO: GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS/IGAM E PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE**

**S.A. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad:** “Antes de passar a palavra, faço um esclarecimento sobre esse item. Conforme já foi pautado em reunião anterior, devido ao fato desse território não possuir Comitê de Bacia instituído, a apreciação deste documento vem ao CERH-MG-MG. Essa Câmara é responsável pelo acompanhamento e aprovação dos relatórios emitidos, contudo a aprovação do Plano em si para estabelecimento das diretrizes de planejamento daquele território será de competência do Plenário do CERH-MG-MG”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Essa é a fase de análise e aprovação dos relatórios finais do Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias do Leste. Hoje temos o Plano Diretor Consolidado, que reúne as fases do Diagnóstico, do Prognóstico, e Plano de Ação que já foram avaliados aqui; e temos o Resumo Executivo, que é o trabalho prático para informações voltadas à execução; e o folheto de divulgação que poderá ser utilizado pela bacia para difundir a existência do Plano Diretor par seus moradores”. A apresentação foi realizada pelo Sr. Vinícius Montenegro, da Profill Engenharia. Valter Vilela Cunha - Abes: “No item das Conclusões do Diagnóstico, o que seria “Adotar mecanismos de cooperação para os problemas de drenagem urbana”? Vinícius Montenegro - Profill Engenharia: “Sugerimos que os problemas identificados na região, não têm origem em um único município e devem ser abordados sob o ponto de vista de Consórcio Municipal, ou alguma ação que venha com uma abrangência territorial maior. Por isso falamos em soluções consorciadas, para que se tenha institucionalmente um poder de atuação maior e principalmente para arrecadação de fundos. É esse o conceito. Valter Vilela Cunha - Abes: “Como o Igam pensa em fazer essa integração com os outros Comitês, que é o ponto mais crítico? Eu gostaria que fosse mais detalhado pelo Igam qual seria a estratégia dessa integração, porque se ela não for feita todo o trabalho vai para uma prateleira”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “É bom lembrar que essas bacias não têm Comitê e elas nos demandam muito por isso. Da parte técnica de identificar qual seria a bacia que melhor poderia integrar essas Bacias do

66 Leste uma a uma, o trabalho foi muito bem feito. Nos últimos  
67 acompanhamentos que viemos trabalhando com a Agência Nacional de  
68 Águas – ANA, e esse é um produto que se tornou referência nacional de  
69 qualidade, tanto pela construção e possibilidade do que foi preparado em  
70 um momento de pandemia que acabou agregando mais participação.  
71 Conseguimos trazer representantes dessas bacias que estão no entorno,  
72 algo que provavelmente não aconteceria em várias reuniões presenciais.  
73 Então, quando estávamos discutindo as pequenas bacias mais próximas do  
74 Mucuri, tivemos participação de membros do Comitê do Mucuri. Quando  
75 estávamos discutindo as bacias mais próximas do São Mateus, tivemos  
76 participação de membros da bacia do São Mateus, inclusive do lado do  
77 Estado do Espírito Santo. Então, ao longo das várias discussões que foram  
78 realizadas, trouxemos esses atores estratégicos para discutir e já entender  
79 essa necessidade. Então todos eles estão cientes do trabalho que vem  
80 sendo feito, não houve nenhuma objeção a essa inclusão e é um pouco  
81 mais fácil trazer uma área que não tem Comitê para que ela seja agregada  
82 a um Comitê que passe a responder por ela também. Se deverá haver um  
83 novo formato de que sejam indicados novos conselheiros respondendo,  
84 esse é um trabalho que o próprio Comitê pode fazer posteriormente, há  
85 tempo para que isso seja feito. Mas em relação à integração e discussão  
86 todos tiveram a oportunidade de participar, inclusive houve participação  
87 de bacias mais ao sul, de conselheiros do Paraíba do Sul, de conselheiros  
88 da bacia do Doce, pois há relação com os limites dessas duas, e isso foi  
89 muito produtivo e considero que em relação a isso podemos ficar  
90 tranquilos. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Viemos nos  
91 reunindo com Comitês, em especial Comitês do Semiárido Mineiro e Leste  
92 e uma das pautas de discussões é essa possibilidade de revisão dos  
93 territórios daquela região, principalmente para que tenhamos efetividade  
94 nessas ações que serão propostas, porque estamos no momento de  
95 aprovação de relatórios, mas quando estiverem efetivamente aprovados e  
96 com objetivos para implementação, teremos que discutir com os Comitês  
97 Paraíba do Sul 1 e Paraíba do Sul 2 e com Manhauçu. E com o Semiárido  
98 Mineiro, assim que aprovado pelo Conselho ele entra na nossa pauta de  
99 discussão de uma forma mais decisiva, para qual caminho tomar. São  
100 discussões que perpassam a questão do Semiárido Mineiro sobre critérios

de cobrança, sobre a gestão de territórios, sobre a eficiência do sistema como um todo. Estamos nos reunindo com as diretorias e começando a seguir para as plenárias para apresentarmos essas propostas, pois temos o objetivo de dar mais efetividade. A aprovação do instrumento de planejamento não é uma indicação do Igam, mas da política de Estado, de que precisamos tratar esses territórios para que tenhamos uma gestão com maior efetividade dessas ações. Vinícius Montenegro - Profill Engenharia: “Sobre como os Planos estão estruturados, enfrentamos essa problemática desde o início, ainda quando estávamos elaborando o Plano de Comunicação e Mobilização para fazer as reuniões desse PDRH e ficou muito claro que teríamos que acessar outros atores, em um formato diferente do tradicional para que conseguíssemos construir esse plano de uma maneira adequada. A pandemia trouxe a facilidade da realização de reuniões virtuais e isso trouxe um ganho, mas já nas reuniões presenciais, principalmente nas bacias mais ao norte, vieram representantes da Bahia para a região. Então já vínhamos fazendo esse processo e quando fomos construir o Plano de Ação de fato, buscamos rebater algumas ações. Então, com exceção do que era obrigatoriedade legal, que tem metas definidas, procuramos rebater todas as ações em 3 ou 4 anos, dependendo da priorização, para eu houvesse tempo que o processo de integração ocorresse. Deixamos o plano fosse flexível para isso e para que passasse por esse processo de ser absorvido pelos Comitês integradores”.

Túlio Bahia – GPLAN/Igam: “Como o Vinícius falou, é uma massa de dados que é difícil de expor em um tempo curto, mas ele fez os principais apontamentos que o Plano traz em seus relatórios. Enquanto fiscal desse contrato, vou abordar as duas questões que o Valter levantou. Sobre a pergunta do Valter em relação à pergunta sobre a drenagem, respondida pelo Vinícius, os diagnósticos chamaram a atenção, por exemplo, para a questão das inundações. Uma visão muito pontual é a de realização de dragagem de um rio, mas existe um problema pretérito, temporal e espacial, de perda de solo, bacias com topografias acentuadas, por exemplo. Então podemos realizar a dragagem, mas se o problema de cobertura vegetal não for corrigido e outras ações não forem realizadas, vamos permanecer dragando o rio. Por isso chamamos a atenção para essa coordenação de bacia hidrográfica e no lado baiano, por exemplo, foi

136 diagnosticada em um determinado momento a questão de escassez  
 137 hídrica e tivemos muitos representantes do Comitê do lado baiano, e essas  
 138 bacias demandaram muito a integração com o lado mineiro.  
 139 Paradoxalmente nesse ano do diagnóstico tivemos muitas chuvas tanto  
 140 em Minas quanto na Bahia, e na bacia do Itanhanhém tivemos desastres  
 141 consideráveis, então seja para o caso de escassez ou de cheias, temos essa  
 142 integração urgindo. Então fica minha sugestão, seja para a CNR ou  
 143 Plenário do Copam, que possamos convidar o Secretário de Meio  
 144 Ambiente ou um representante a bacia do Itabapoana, que tem muito  
 145 interesse de que o Comitê do Itabapoana tenha uma integração com o  
 146 Comitê da bacia do Muriaé, conforme está sendo apontado no Plano. Uma  
 147 vez aprovado o Plano, não sei se o CERH-MG já poderia demandar alguma  
 148 alteração em termos de integração, pois essas bacias do Leste não são  
 149 consideradas circunscrições hidrográficas, no sentido de elas serem  
 150 integradas às respectivas bacias para as quais o Plano está indicando. Fica  
 151 minha sugestão para convite desses membros para as próximas discussões  
 152 do Plano”. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Em relação à  
 153 sua dúvida, é uma análise que teremos que fazer de forma mais ampla, de  
 154 forma a levar o processo na base, para não vir algo de cima para baixo,  
 155 pois as políticas públicas são muito questionadas. Devemos lembrar  
 156 também, no momento de elaboração da pauta da reunião, de trazer esses  
 157 cidadãos que participaram para esse momento de aprovação do Plano”.  
 158 Relatório de Plano de Consolidação aprovado por unanimidade. **Votos**  
 159 **Favoráveis:** SEDE, SEE, Seapa, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de  
 160 Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Abragel, Fiemg, Siamig, UFU, Abes e  
 161 Mover. 5) APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE REVISÃO DA DELIBERAÇÃO  
 162 NORMATIVA CERH-MG-MG Nº 61, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE  
 163 ESTABELECE AS DIMENSÕES DO MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA  
 164 DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DE  
 165 MINAS GERAIS. RESPONSÁVEIS: ASSESSORIA DE PROGRAMAS, PROJETOS  
 166 E PESQUISA EM RECURSOS HÍDRICOS/IGAM E GERÊNCIA DE  
 167 PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS/IGAM. Allan de Oliveira Mota -  
 168 Diretor da GPLAN/Igam: “Essa não é uma apresentação específica para a  
 169 Câmara, ela foi feita na reunião mais recente do CERH-MG-MG de julho, e  
 170 na ocasião foi indicado o acompanhamento aqui pela CTEP, então vamos

cientificá-los da discussão e expor os motivos desse encaminhamento para a CTEP”. A apresentação foi realizada por Allan de Oliveira Mota, Diretor da GPLAN/Igam. Sylvio Luiz Andreozzi – UFU: “Sugiro que essa comissão que faz o acompanhamento se transforme em um Grupo de Trabalho para oferecer soluções e traga a proposta de modificação da diretriz normativa, porque é o grupo que deve ou deveria estar mais integrado com o próprio processo de avaliação e já deve ter identificado as dificuldades, já tem acesso. Então é o grupo mais indicado sob o ponto de vista de conhecimento técnico, para trazer à Câmara Técnica uma proposta para avaliação. É minha proposta de encaminhamento. A respeito do conteúdo, faço duas observações. No meu entendimento, a diretriz normativa trata muito mais de um desempenho da atuação governamental no sistema. Dos quatro eixos, somente o último tem uma certa abertura para a outros setores da sociedade. Os três primeiros são diretamente de avaliação do desempenho governamental. Nada contra, se o objetivo da diretriz for esse. Mas se o objetivo for a avaliação do sistema, talvez necessitemos da colocação de eixos para avaliar os setores não-governamentais que atuam no sistema para abrirmos uma discussão muito mais profunda para saber o quanto e o que podemos avaliar, sem entrar nas discussões que já observamos no CERH-MG sobre competência, sobre formação profissional, porque senão vamos misturar os assuntos. É uma decisão que precisa ser tomada para tomarmos uma direção, se vamos acompanhar do desempenho governamental ou a avaliação dos atores não governamentais. A questão da periodicidade, a forma como vocês mantêm uma série histórica anual é muito bom. Se vocês recebem essas informações anualmente, o processamento delas é muito desgastante a ponto de inviabilizá-la? A segunda questão é se não for feito o acompanhamento anual ou a publicação anual, em que tempo essas informações são relevantes para o conhecimento do público e para o controle do funcionamento do sistema, porque estou pensando nos prazos que temos. Nos Comitês os mandatos da diretoria são de dois em dois anos, ou de quatro em quatro anos, que é o período do mandato como um todo, então esse poderia ser o período definido para que seja feito o ajuste pelo desempenho do Comitê? Definir o prazo precisa ser muito bem justificado. Mas publicar todo ano cria um acervo de séries

históricas para pesquisas futuras com um material riquíssimo do desempenho da Semad na administração dos recursos hídricos”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Ainda não sabemos qual é a melhor opção de periodicidade. Vamos identificar qual é a melhor periodicidade, esse é o foco. Respondendo às duas perguntas, nossa maior dificuldade é primeiramente com o levantamento de dados. Antes do processamento, levantar os dados já é bem difícil porque não é simplesmente o encaminhamento de informações, mas temos que acompanhar a produção das informações junto a todos os Comitês, às Câmaras Técnicas, às Agências de Bacia onde elas estão presentes, inclusive é mais fácil, mas onde não tem o diálogo deve ser mais a fundo. Depois, para o processamento leva-se um tempo bem desgastante para discutirmos e para ser algo realmente produtivo. E o prazo de fechamento do ano e processamento dos dados para apresentação na primeira reunião do ano do CERH-MG é inviável. O que poderia nos ajudar nessa definição seria essa proposta que colocamos, de um ator independente externo ao sistema que pudesse analisar o que já foi feito e propor alguns indicativos”. Tobias Tiago Pinto Vieira – Mover: “Para começarmos a discutir qualquer alteração na DN, precisamos saber quais resultados isso trouxe até hoje e se trouxe resultados, de uma forma geral, como foi avaliado, se foi avaliado, quais foram os resultados, dentro da avaliação o que foi difícil, o que foi possível e impossível, etc. Para começarmos a discutir uma alteração, precisamos saber o que aconteceu anteriormente. Não concordo que a cada vez que encontramos uma barreira, haja uma alteração, pois vamos encontrar outras barreiras, então acho que temos que verificar pontualmente o que deu certo ou não. Sobre os Comitês de Bacias, considero fundamental avalia-los conforme prazos, conforme demandas enviadas e respondidas, porque existem Comitês mais ativos e outros que deixam muito a desejar, e é muito importante avaliar a diretoria inclusive apontando qual setor representa a diretoria, pois há setores que se utilizam dos Comitês para politicagem, trazendo grandes prejuízos à gestão de recursos hídricos, e há setores que fazem um bom trabalho sem envolver politicagem. Então devemos buscar avaliar a diretoria e avaliar os setores mais participativos. Fazer uma avaliação simples, como é feita no Copam, de critérios como participação,

241 frequência, pedido de vistas, colocações, solicitações de alteração, etc.  
242 Isso vai trazer uma visão diferente da participação do próprio Estado nos  
243 Comitês de Bacias que são parte do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.  
244 Para fazermos qualquer alteração, precisamos olhar o que existe, que é a  
245 61, ver o que foi bom e o que foi ruim, e por outro lado ver um meio de  
246 avaliar melhor os Comitês de Bacias minuciosamente e verificar a  
247 participação dos setores se foi a contento. Acredito que uma cobrança  
248 sobre os setores e apontar os resultados desse monitoramento aumentará  
249 a participação dos setores e aumenta a possibilidade de uma maior  
250 eficiência. Peço então que nos encaminhe o histórico e os resultados  
251 obtidos para elaborarmos propostas nessa linha e termos uma avaliação a  
252 contento para que isso tenha um plano operacional. Allan de Oliveira  
253 Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Em relação a esse pedido já estão  
254 disponíveis o primeiro e segundo relatórios nos portais do Sisema. Essas  
255 avaliações de setores que você mencionou já fazem parte do componente  
256 da dimensão 3 na parte do “Índice de suporte à gestão” e é um trabalho  
257 que buscamos fazer durante a discussão do acompanhamento junto a  
258 cada Comitê de Bacia, mas claro que alguns pontos podem melhorar  
259 muito, porque os indicadores têm alguns critérios para serem elaborados  
260 e nem sempre conseguimos montar um indicador que avalie exatamente  
261 aquilo que queremos identificar. Então seu compartilhamento é  
262 importante”. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Allan,  
263 verifique junto à Secretaria Executiva como funcionou todo esse processo  
264 que o conselheiro Tobias mencionou para trazermos à Câmara como  
265 contribuição”. Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa – SEE: “Faço um  
266 questionamento quanto à formação da base de participação dos setores,  
267 porque entendemos que realmente deve-se ter um conhecimento  
268 específico para participar da Câmara, para participar do Conselho e como  
269 são vários setores diferentes, tanto do governo quanto de fora, se há uma  
270 proposição de formação dessa base para que as pessoas sejam realmente  
271 preparadas para participar com qualidade e com contribuições  
272 significativas”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Sempre  
273 que conseguimos aplicar os resultados, que já trazem consigo um  
274 histórico, fazemos um alinhamento sobre o assunto em cada Comitê  
275 apresentando os resultados e discutindo e são identificadas as



276 fragilidades, os pontos a serem fortalecidos, o que é exemplo para os  
277 demais Comitês. Fazemos também apresentações via Webinar sobre  
278 determinados temas e convidamos os Comitês e fazemos o  
279 acompanhamento. Fizemos uma capacitação de dois dias com os  
280 auxiliares dos Comitês para que eles possam apoiar as diretorias nos  
281 levantamentos de dados. Fizemos uma capacitação de dois dias também  
282 para Agências de Bacias. Tudo isso trouxe ótimos resultados, além de  
283 possibilitar que eles também propusessem melhorias e pudéssemos  
284 revisar nossas ações. Durante sesses processos e um indicativo é que  
285 estamos colocando esses indicadores dentro de algo mais dinâmico, como  
286 um sistema de acompanhamento por *software*". Ana Sílvia Gama Pereira  
287 Barbosa – SEE: "Sugiro que no Trilhas do Saber seja disponibilizada uma  
288 formação para todo o Estado com um olhar específico par cada um dos  
289 Comitês, mas com o que for geral para embasar todos os participantes e  
290 também a comunidade de forma geral que poderá se inteirar melhor para  
291 participar com mais qualidade". Presidente Thiago Figueiredo Santana –  
292 Semad: "Allan, você poderia sugerir como podemos conduzir essas  
293 discussões nas próximas reuniões da CTEP de forma construtiva". Allan de  
294 Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "O primeiro ponto seria o  
295 encaminhamento que o conselheiro Sylvio colocou. Faremos essa revisão  
296 via CTEP ou via Comissão? Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad:  
297 "O acompanhamento, pelo atual regimento é pela CTEP, que é a  
298 responsável por propor normas e até para a Câmara ter um  
299 funcionamento mais regular". Allan de Oliveira Mota - Diretor da  
300 GPLAN/Igam: "Seguimos então. Exposto o tema, que era o objetivo hoje,  
301 seguindo a indicação do conselheiro Tobias vamos disponibilizar  
302 novamente os Relatórios 1 e 2, 2019 e 2020 para trabalharmos aqui  
303 apenas como referência e nesse primeiro momento seria uma avaliação  
304 de cada conselheiro para que na próxima reunião façamos algumas  
305 indicações para a DN. Eu faria essa sequência considerando que um  
306 caminho importante que dará resultados que podem ser utilizados é a  
307 avaliação independente de resultados que mencionei". Sylvio Luiz  
308 Andreozzi – UFU: "A comissão que havia anteriormente não vai mais ser  
309 chamada e a discussão virá para a CTEP? Minha sugestão é transformar  
310 essa comissão em um GT, já que ela faz o acompanhamento, que ela faça

também a análise da DN e traga uma proposta à CTEP, uma vez que eles vão se inteirar dos relatórios anteriores, das dificuldades mencionadas pelo Allan. Então que esse grupo faça a análise da diretriz normativa e proponha à CTEP, diante das questões levantadas hoje, uma diretriz normativa nova. O trabalho duplica, mas aumentamos a base técnica fazendo uma análise primeiro em uma comissão e depois na CTEP". Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "O parágrafo 6º do artigo 3º da Deliberação da análise de governança permite que a comissão traga algumas dessas avaliações e proponha à CTEP". Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: "Pegando um gancho na proposta do conselheiro Sylvio, creio que a Gerência de Planejamento possa mobilizar essa comissão, fazer reuniões, já levar esse indicativo que saiu da CTEP para fazer essa avaliação e a partir de um documento gerado da comissão a CTEP proponha as melhorias na DN. Atende aos anseios do conselheiro Sylvio e inclui também nossas proposições da CTEP. Agregamos mais mãos e saímos com um produto mais valioso. Podemos tramitar dessa forma? Não havendo outras manifestações sobre essa proposta, damos ao item 5 o encaminhamento de indicativo à comissão de acompanhamento da DN e posterior revisão a partir de indicações que saiam dela, pela CTEP". **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houveram manifestações. **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Thiago Figueiredo Santana declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

#### **APROVAÇÃO DA ATA**

**Thiago Figueiredo Santana**

Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento